

3 — Notifique-se a Associação da decisão proferida e publique-se extrato da decisão no *Diário da República*.

10 de dezembro de 2018. — O Alto-Comissário para as Migrações, *Pedro Calado*.

312197089

Conselho Superior de Estatística

Deliberação n.º 436/2019

63.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística

Classificação Nacional de Bens e Serviços 2016 (CNBS/2016)

Considerando as competências do Conselho Superior de Estatística (CSE) previstas nas alíneas c) e h) do artigo 13.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, e as competências previstas nos artigos 5.º e 5.º-A do Regulamento (UE) n.º 759/2015, de 29 de abril, relativo às estatísticas europeias.

Considerando que o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias refere que «as estatísticas de qualidade assentam numa metodologia sólida, recorrendo a ferramentas, procedimentos e competências adequadas» e prevê como um dos indicadores do cumprimento deste princípio a existência de «procedimentos que garantam que os conceitos, definições e classificações são consistentemente aplicados no seio das autoridades estatísticas».

Considerando que em 2009 o Conselho Superior de Estatística aprovou a Classificação Nacional de Bens e Serviços de 2008 — CNBS/2008 (6.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística);

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1209/2014, da Comissão, de 29 de outubro, que estabeleceu uma nova Classificação de Produtos por Atividade (CPA) que altera o Regulamento (CE) n.º 451/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CEE) n.º 3696/93;

Considerando, com base nos pressupostos anteriores, a necessidade de atualizar e adequar a CNBS/2008 às alterações ocorridas na CPA, aprovada pelo Regulamento (UE) n.º 1209/2014 e noutras classificações de produtos europeias, para acompanhar os últimos desenvolvimentos económicos e tecnológicos;

Considerando a sua importância em termos de relevância e comparabilidade estatística, aos níveis europeu e nacional, assim como do reforço da coordenação do Sistema Estatístico Nacional induzido pela CNBS;

Considerando a 9.ª Recomendação do Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais visando a apreciação favorável desta Classificação pela Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE);

A Secção Permanente de Coordenação Estatística, na reunião de 28 de março de 2019, e nos termos das suas competências previstas nas alíneas h) e l) do n.º 2 do Anexo B da 27.ª Deliberação do CSE delibera:

Adotar a estrutura da Classificação Nacional de Bens e Serviços 2016 para utilização pelas entidades do Sistema Estatístico Nacional;

Apreciar favoravelmente as correspondências estabelecidas com a CNBS/2008 e o Sistema Harmonizado de 2012 (SH/2012)/Nomenclatura Combinada de 2016 (NC/2016);

Recomendar às entidades da Administração Pública a aplicação da CNBS/2016 em atos e procedimentos administrativos passíveis de aproveitamento para fins estatísticos;

Promover, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, e do Regulamento Interno do CSE, a publicitação da presente Deliberação no *Diário da República*.

A Classificação Nacional de Bens e Serviços 2016, o Programa Geral de Aplicação e as Tabelas de Equivalências ficarão disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais do Instituto Nacional de Estatística em <http://smi.ine.pt>

28 de março de 2019. — O Vice-Presidente da Secção, *Augusto Elavai*. — A Secretária do CSE, *Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento*.

312197559

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 4067/2019

1 — Por despacho do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, de 27 de março de 2019, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do

artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, na sua redação atual, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 8.º, no n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, e no uso de competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros conforme disposto na alínea e) do n.º 3.2 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, foi designada, em regime de comissão de serviço, a licenciada Maria Filipa Carvalho da Silva Mendonça, pertencente à carreira de Especialista de Informática do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no cargo de titular do Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 11 de abril de 2019.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Maria Filipa Carvalho da Silva Mendonça

Nacionalidade: Portuguesa

Categoria: Especialista de Informática Grau 2

Habilitações académicas:

Licenciatura em Matemáticas Aplicadas — Ramo de Informática e Investigação Operacional, Universidade Livre de Lisboa, em 1985;

Detentora do certificado FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública;

Detentora da Carta Europeia de Condução Informática.

Experiência Profissional mais relevante:

Em novembro de 2014 regressa ao MNE, e é integrada na DSCI — Direção de Serviços de Cifra e Informática. Em agosto 2015 fica à frente da Divisão de Apoio Informático, tendo sido depois nomeada em regime de substituição como Chefe de Divisão, funções que desempenha até à presente data.

Janeiro de 2013 e após convite, passa a integrar na IGAMAOT — Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a equipe do Setor de Informática, serviço integrado na Unidade de Apoio à Administração de Recursos em regime de mobilidade interna.

1 de março de 2012, após a reestruturação levada a cabo no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colabora na fusão de dois serviços num só, no que toca ao registo de toda a documentação entrada e saída, através do gestor documental, SmartDocs V3.

2007 e até 1 março de 2012, ocupa o lugar de Chefe de Divisão da DAIPC — Divisão de Apoio à Informatização dos Postos Consulares, serviço integrado na Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, unidade orgânica que tinha como missão, assegurar a Modernização e Informatização das Secções e dos Postos Consulares, garantindo por conseguinte serviços de assistência técnica através do seu Helpdesk a todo o universo que constituía a Rede Consular espalhada nos 5 continentes.

2004 a 2007 — Passa a Coordenadora do Grupo de Informatização Consular, onde integra várias equipes multidisciplinares em projetos interministeriais, tais como PEP — Passaporte Eletrónico Português, Cartão do Cidadão, e SIRIC entre outros. Passa ainda a responsável na área de Informática representando Portugal, no Grupo de Trabalho VIS — Visa Information System, na Comissão Europeia.

1996 a 2004 — o MNE, considerando a necessidade de conceder maior celeridade à conclusão do processo de informatização do serviço prestado nas chancelarias consulares constituiu um grupo de trabalho para a informatização dos consulados. Assim, é colocada no GIC — Grupo de Informatização Consular, criado com a missão específica da informatização dos postos consulares e dos serviços centrais da DGACCP — Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

1993 a 1996 — assume a coordenação do Centro de Informática do MNE, durante este período foi nomeada responsável na área de informática: nos projetos de informatização dos Postos Consulares e de informatização dos serviços internos; no desenvolvimento do projeto da informatização da Receita Consular, e representante do MNE na Entidade de Coordenação sectorial junto do Instituto de Informática; responsável pela implementação da RAPE (Reforma Administrativa e Financeira do Estado) na Área de informática, e apoio na área Patrimonial no que concernia a todo o processo de aquisições de equipamento e infraestruturas de Rede e Comunicações.

Outubro de 1991 — requisitada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante a primeira Presidência Portuguesa no Conselho